

Ensino de História Militar na Academia da Força Aérea: fundamentos e concepção de ensino aplicados*

Tania Regina Pires de Godoy Torres de Oliveira

Mestre em Fundamentos da Educação e Aluna do curso de Doutorado em Fundamentos da Educação, na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora de História Militar na Academia da Força Aérea Brasileira (AFA), em Pirassununga-SP.
e-mail: taniah@siteplanet.com.br

Resumo

Este artigo apresenta a prática de ensino de História Militar na Academia da Força Aérea Brasileira (AFA), na qual sou docente. Abordaremos a base que orienta a elaboração dos programas de matérias existentes na Academia da Força Aérea Brasileira - FAB, e as condições objetivas impostas pela realidade de uma base militar no processo educativo, realçando os objetivos da prática pedagógica castrense¹ na formação de um ideário junto à liderança da FAB, ideário este que representa a transmissão dos valores da instituição militar como um todo, das ações e formas de conceber o mundo e sua prática profissional por parte dos militares. Além disso, será apresentado o vínculo do processo educativo ao sucesso adquirido nas avaliações, que afetam diretamente a carreira do profissional militar em sua classificação, o que torna o estudo, por parte dos cadetes, uma prática pragmática que visa, basicamente, sucesso nas provas e não, necessariamente, o aprendizado.

Palavras-chave

Concepções de ensino de História; ensino castrense; pragmatismo na educação militar.

Abstract

This article introduces Military History teaching practice in the Brazilian Air Force Academy (AFA), where the author is a professor. The foundations that guide the making of the discipline contents in the Brazilian Air Force Academy will be discussed, and the conditions imposed by the reality of a military base in the educational process, highlighting the objectives of the castrense² pedagogical practice in the formation of a group of ideas related to the Force's leadership, which ideal this group represents in the values of the military institution as a whole, the actions and conceptions of the world and the officers' professional practice. Furthermore, the article shows the connection between the educational process and success in the evaluations, which evaluations directly affect the officers' careers as far as their ranking is concerned, and this fact makes the cadets' study a pragmatismal practice aiming at success in tests instead of learning.

Key words

Conceptions of History teaching; castrense teaching; pragmatism of military education.

* Este artigo é composto de parte do conteúdo da Dissertação de Mestrado da autora, defendida em julho de 2001, no Programa de Pós-graduação em Educação da UFSCar, sob a orientação do Prof. Dr. Amarílio Ferreira Junior.

Realizaremos uma abordagem acerca do ensino de História Militar existente na Academia da Força Aérea Brasileira (AFA), em Pirassununga-SP, na qual sou docente. Primeiramente, consideraremos as concepções de ensino em geral na Aeronáutica Brasileira, para posteriormente apresentarmos o ensino de História Militar e as concepções de mundo e da própria História na Academia da Força Aérea.

Apresentação dos fundamentos da prática pedagógica na Academia da Força Aérea

Por ser uma instituição militar, pode-se levar à conclusão de que a perseguição ideológica sobre os conteúdos a serem desenvolvidos seja um dos maiores obstáculos para realização de um ensino libertário e mais profundo. No entanto, o controle exercido sobre a atividade docente, efetivada na Academia da Força Aérea, não é realizada de forma direta: existe todo um procedimento que considera a prática pedagógica passível de uniformidade e diretamente utilitária, desconsiderando os agentes envolvidos no processo de ensino-aprendizagem: professores e alunos.

Este procedimento consolida indiretamente o controle sobre as atividades educativas realizadas nas diversas instituições da Aeronáutica brasileira. O controle é efetivado por meio de uma legislação, constituída pelo Departamento de Ensino da Aeronáutica, com o objetivo de “padronizar os formulários dos Planos de Trabalho Escolar e orientar sua elaboração”²³. Pretende-se prescindir, com a constituição destes formulários,

até da presença do professor ou instrutor de ensino, pois prevê que qualquer outra pessoa, tendo em mãos este Plano de Trabalho Escolar (PTE), possa dar conta de ministrar o conteúdo de determinado assunto em aula.

Apesar de a Academia da Força Aérea (AFA) ser a instituição de nível superior da Aeronáutica brasileira que prepara os oficiais aviadores, intendentess e de Infantaria para seus quadros da ativa, quanto à estrutura, encontra-se subordinada ao Departamento de Ensino da Aeronáutica (DEPENS) que define, entre outras coisas, o currículo de formação desses oficiais. No entanto, a Academia da Força Aérea, por seus professores civis e instrutores militares, sob a supervisão da Divisão de Ensino, pode propor ao Departamento de Ensino da Aeronáutica a inclusão de matérias ou a retirada de outras, pertencentes ao currículo vigente.

Para garantir a consecução das disposições determinadas pelo Departamento de Ensino da Aeronáutica (DEPENS), em todas as unidades de ensino da Aeronáutica, a Universidade da Força Aérea (UNIFA), lotada no Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro, organiza e aplica um curso denominado Curso de Prática de Ensino (CPE), e objetiva orientar docentes e instrutores acerca de uma didática que pretende uniformizar a prática educativa a ser aplicada no ensino de *qualquer disciplina* na Academia da Força Aérea e nas de outras unidades de ensino da Aeronáutica Brasileira, como na Escola de Formação dos Sargentos Especialistas, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, dentre outras.

Sendo assim, uma primeira consta-

tação é o fato de se considerar possível, seja em que nível for ou qual conteúdo a ser ensinado, uma **padronização** dos procedimentos educativos. Para o Departamento de Ensino da Aeronáutica, deve ser considerado ou de pouco peso o trabalho realizado pelo docente, sua contribuição como sujeito do processo educativo. Na verdade, parece que o tratamento dado é o de que todos os instrutores e docentes, trabalhando com qualquer conteúdo, estabeleçam procedimentos idênticos na prática educativa, e sua ausência pode ser substituída até mesmo por um profissional sem qualificação específica para ministrar os conteúdos.

O rol dos procedimentos educativos previstos na Instrução do Ministério da Aeronáutica (IMA 37-91), de 05 de setembro de 1988, objetiva uniformizar todas as ações, os movimentos e gestos, as entonações de voz, comportamentos gerais dos docentes e instrutores em sala de aula. O momento educativo não é criativo nem tampouco inovador: é previsto, calculado, padrão. Evidencia-se uma tentativa de se colocar em prática a própria concepção militar de atitudes no ambiente educacional: previsibilidade, movimentos calculados, fuga de situações inesperadas.

No capítulo *Elaboração*, orienta-se a confecção do Plano de Trabalho Escolar (PTE) e seus atributos ao docente:

O Plano de Trabalho Escolar (PTE) é um documento didático que contém o planejamento do conteúdo e de todas as atividades que o Professor, Instrutor ou Monitor irá desenvolver junto aos Alunos para que estes atinjam os objetivos de uma Subunidade Didática.

O PTE permite às Organizações:

a) analisar a instrução ministrada nas diversas Subunidades dos Cursos ou Estágios por ela ministrados; e

b) manter um arquivo atualizado dos assuntos ministrados de modo a permitir que, no impedimento de um docente, outro possa desenvolver a atividade, sem prejuízo para a aprendizagem (grifos meus)⁸.

A finalidade do documento é clara para as Organizações de Ensino da Aeronáutica: um instrumento de controle do conteúdo que está sendo ministrado aos instrutores em todas as suas unidades de ensino. Além disso, afirma-se tacitamente ser mais importante que o conteúdo seja ministrado, não importando se o mesmo que o está realizando *possua um conhecimento específico do assunto* ou se o *processo de aprendizagem* (domínio cognitivo) *esteja sendo efetivado*. O que se deve evitar é a interrupção ou o não cumprimento do que foi planejado e previsto para determinado momento do calendário escolar.

Da elaboração das disposições do Departamento de Ensino da Aeronáutica à prática pedagógica na Academia da Força Aérea: singularidades

Na página 2-3 da Instrução do então Ministério da Aeronáutica (IMA 37-91), item 2-5 da *Aprovação*, prevê-se: "Os Planos de Trabalho Escolar serão aprovados pelo Chefe da Divisão de Ensino ou pelo Chefe do Curso". Neste item, o objetivo é o conhecimento e aceitação do conteúdo a ser ministrado, em todos níveis, pelas chefias, em observância ao princípio de controle da instrução.

Há que se salientar este ponto: esta Instrução dispõe a elaboração de um Plano de Trabalho Escolar (PTE) para cada tempo a ser ministrado em cada disciplina que compõe os cursos ministrados em suas unidades de ensino. Entretanto, no caso da Academia da Força Aérea, os Planos de Trabalho Escolar não são elaborados, nem os chefes de curso e muito menos a Chefia da Divisão de Ensino têm conhecimento do conteúdo ministrado em cada aula.

Esta circunstância pode ser justificada pelo fato de as disposições para a elaboração dos tais Planos de Trabalho Escolar (PTEs) responderem à necessidade de dar um material didático aos instrutores militares que, apesar de terem um conhecimento técnico-profissional relacionado à disciplina que possam ministrar, *não possuem formação específica para o exercício docente*. Sendo assim, torna-se tácito que a Instrução Ministério da Aeronáutica (IMA 37-91) define a obrigatoriedade da elaboração desse documento como um subsídio para superar as dificuldades existentes, entre os instrutores, da falta de uma formação didático-pedagógica. No caso do corpo docente civil da Academia da Força Aérea, com formação acadêmica específica na área em que atua na atividade de ensino, contratado por meio de concurso público para o exercício docente, a cobrança de sua elaboração seria incabível⁵.

Concepções de ensino na prática pedagógica da AFA: tendências e objetivos

O fato de existirem possibilidades de mediações por parte dos docentes civis, na Academia da Força Aérea, não modifica o que a prática pedagógica castrense concebe como ensino, que se aproxima da pedagogia liberal tradicional. Esta concepção releva, ao processo de aprendizagem, a construção de um saber para efetivar um papel social (no caso, o conhecimento necessário à prática da profissão militar), em um procedimento educativo com ênfase ao ensino depositário de conteúdos, mas que também apresenta uma *tendência tecnicista*.

Dessa forma, transmite-se conhecimentos e valores sociais com a intenção de preparar indivíduos para o exercício de determinada profissão. A relação professor-aluno e o papel que cada um desempenha no processo educativo é alheio ao cotidiano do educando e à realidade social. As técnicas de ensino são o centro do processo e a elaboração dos Planos de Trabalho Escolar pressupõe a transmissão do conhecimento por meio da exposição realizada pelo professor/instrutor e, na falta do mesmo, de qualquer pessoa que reproduza o que está contido no plano.

Como a autoridade do material de apoio didático e o indivíduo que transmite seu conteúdo não devem ser questionados, segundo o que consideram as pessoas que elaboram este tipo de disposições em Brasília, não importa se quem o transmite está ou não qualificado para tal: desde que siga as orientações do Plano de Trabalho

Escolar com relação à motivação, orientação do conteúdo, desenvolvimento e conclusão, o que se faz é apenas reproduzir o material escrito elaborado por alguém qualificado⁶. O que deve ser transmitido

São as informações, princípios científicos, leis, etc., estabelecidos e ordenados numa seqüência lógica e psicológica por especialistas. É matéria de ensino apenas o que é redutível ao conhecimento observável e mensurável: os conteúdos decorrem, assim, da ciência objetiva, eliminando-se qualquer sinal de subjetividade⁷.

Também se evidencia aspectos tradicionalistas na elaboração dos objetivos de curso, de disciplinas e objetivos de unidades (operacionalizados). Fundamentam-se na taxonomia de objetivos educacionais de Bloom, um procedimento um tanto superado, mas que persiste na confecção dos Planos de Ensino existentes nas unidades da Aeronáutica⁸.

No caso das disciplinas de História Militar, os critérios para a elaboração de seus objetivos foram definidos como "modeladora do comportamento humano, através de técnicas específicas"⁹. Não obstante, os conteúdos de ensino devem ser transmitidos de maneira linear, segundo princípios, leis organizadas logicamente e que todo o conhecimento seja aplicável. Portanto, nas técnicas educativas, o que se pressupõe é a

[...] aplicação sistemática de princípios científicos comportamentais e tecnológicos a problemas educacionais, em função de resultados efetivos, utilizando uma metodologia e abordagem sistêmica abrangente¹⁰.

O que podemos observar na prática pedagógica castrense é a nítida influência

da tendência tecnicista, que encontrou um terreno bem apropriado nas academias militares. A definição de César Augusto Ramos, quanto à influência da tecnocracia na escola, reflete a realidade da prática pedagógica existente na Academia da Força Aérea:

A escola aparece como uma organização burocrática de natureza formal e disciplinadora, tanto quanto o é o sistema tecnocrático. Colocando-se como produtora do saber, acaba na verdade sufocando a criatividade, pela imposição das práticas escolares. Assume forma autoritária (do mesmo modo que a tecnocracia) ao excluir todo o saber que não se adaptar à estrutura organizacional da escola, expressa nos regimentos, ofícios, regulamentos, currículos, programas, notas, avaliações, concurso, prestígio curricular, etc.¹¹.

Na realidade escolar da Academia da Força Aérea torna-se mais evidente sua eficácia, pois, na formação dos oficiais militares da Força Aérea Brasileira, o incremento tecnológico é bastante presente e seu conhecimento necessário, dado o fato de o Poder Aéreo estar sempre aplicando uma inovação técnica que faz parte, inclusive, de um de seus elementos¹².

Assim, o conhecimento é transmitido segundo:

[...] objetivos instrucionais operacionalizados em comportamentos observáveis e mensuráveis, procedimentos instrucionais e avaliação. As etapas básicas de um processo ensino-aprendizagem são: a) estabelecimento de comportamentos terminais, através de objetivos instrucionais; b) análise da tarefa de aprendizagem, a fim de ordenar seqüencialmente os passos da instrução; c) executar o programa, reforçando gradualmente as respostas corretas correspondentes aos objetivos. O essencial da tecnologia educa-

cional é a programação por passos seqüenciais empregada na instrução programada, nas técnicas do microensino, multimeios, módulos, etc. [...] planejamento em moldes sistêmicos, concepção de aprendizagem como mudança de comportamento, operacionalização de objetivos, uso de procedimentos científicos (instrução programada, audiovisuais, avaliação, etc, inclusive a programação de livros didáticos)¹³.

Observa-se que a concepção pedagógica autoritária ainda é a tônica na organização dos planos de ensino, dos conteúdos a serem ministrados e na orientação das técnicas de ensino-aprendizagem a serem adotadas no ensino tradicional tecnicista aplicado na Academia da Força Aérea, como em uma escola de nível técnico-especializado, sem dúvida o processo educativo privilegia o adestramento (no caso do aviador o psicomotor é o domínio mais evidenciado) para o exercício de sua profissão. A transmissão do conhecimento, da produção humana historicamente construída e a compreensão do indivíduo como ser social, no ensino militar, mesmo se considerando sua similaridade com o ensino superior, é reproduzida de maneira mecânica, exigindo mais a memorização de dados dos cadetes do que a construção da reflexão sobre o conhecimento transmitido¹⁴.

Ensino de História Militar: concepção do ensino na realidade da pedagogia castrense

O ensino da História neste contexto pedagógico tecnicista é direcionado na transmissão de fatos, no estudo das principais batalhas das grandes guerras do

século XX, na tentativa de resgatar alguns aspectos positivos dos comandantes militares e de se evitar os erros cometidos que os levaram ao fracasso¹⁵.

O ambiente educativo da sala de aula, a disposição das carteiras escolares e o aspecto físico das salas (carteiras dispostas em níveis, dando uma respeitável distância entre os cadetes e o professor), o tempo cotidiano dos cadetes todo tomado para compromissos burocrático-administrativos do Corpo de Cadetes, aulas com tempo previsto para entrada e saída, enfim, tudo dificulta uma prática educativa que proporcionasse aos cadetes tempo maior dedicado às leituras, à pesquisa, à produção escrita. Ocorrem, com certa frequência, adaptações na distribuição das aulas e atividades de instrução técnico-especializada. Contudo, os cadetes possuem atividades programadas desde a alvorada, às 6:00 horas, até 19:30 horas, ou mais tarde, dependendo da instrução de vô, das instruções de Intendência ou de Infantaria, ou das atividades administrativas relacionadas à liderança de esquadrilha, ao serviço de cadete-de-dia e a outros. Somente após o pernoite é que os mesmos são liberados para seus apartamentos, onde podem dedicar-se aos estudos, à organização do uniforme para o dia seguinte e para o descanso diário.

Quanto ao material didático de apoio, o mesmo foi confeccionado reunindo-se uma série de textos de livros de vários autores para dar conta do conteúdo específico de História Militar e de História Militar Brasileira. Para a primeira disciplina, na verdade, parte de seu conteúdo foi extraído de antigas apostilas que meus antecessores

haviam elaborado e parte foi confeccionada por esta autora, para abranger o conteúdo determinado pelo Plano de Unidades Didáticas (PUD). As apostilas foram elaboradas, em sua maior parte, extraindo-se textos de manuais didáticos ou para-didáticos do nível médio que trata dos temas da guerra, excetuando-se alguns livros diretamente ligados à evolução do Poder Aéreo, editados pelo Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER)¹⁶.

Parece ser intencional, nas escolas castrenses, o enfoque dado aos estudos de História Militar e o que se espera quando de sua inserção no programa curricular na constituição de um instrumental teórico que possa minimizar situações inusitadas na aplicação da atividade bélica em sua profissão militar. Os temas são apresentados de maneira esquemática, relatando fatos considerados decisivos aos resultados conquistados no final de cada conflito e foram colocados mapas das frentes descritas e a esquematização dos avanços ou recuos das tropas envolvidas nas batalhas. No material de apoio, o que mais se evidencia é a linguagem descritiva dos acontecimentos, das manobras militares e dos resultados obtidos, seguindo a linha determinista dos fatos, sem nenhuma abordagem mais analítica. É curioso observar que o nível cognitivo que mais se pretende alcançar nos objetivos é o da *compreensão*, no entanto, o material de apoio possibilita mais o domínio do *conhecimento*¹⁷.

O processo de avaliação e o sistema de classificação profissional são critérios decisivos na prática pedagógica castrense.

Parte das limitações do processo educativo existentes na realidade escolar da Academia da Força Aérea consiste no fato de que o desempenho em notas nas avaliações interferem diretamente na carreira dos militares, desde o período em que são cadetes até o momento da reserva, condicionando as promoções que receberão ao longo dela à classificação conseguida em seu percurso. Dessa forma, torna-se evidente que o conteúdo transmitido em aula pelo professor e o material didático de apoio devam ser o mais claro possível, pois os cadetes estão mais preocupados com o fim (a nota) do que com o processo educativo (o aprendizado).

De fato, a construção de um pensamento crítico em História torna-se prejudicado, mas esta circunstância não é muito diferente para as outras disciplinas. Neste caso, a motivação (que no caso das aulas de História Militar é positiva, pois o assunto gera interesse na maior parte dos cadetes) é notadamente prejudicada, não contribuindo na construção de situações educativas instigantes, na busca voluptuosa por saber mais: o que importa é saber o que pode "cair na prova". Assim, o ensino torna-se ainda mais utilitário, não tanto pelo seu conteúdo, mas pelo que representa na classificação profissional dos futuros oficiais¹⁸.

O que se evidencia na carreira militar é a meritocracia, que não é exclusividade da prática pedagógica castrense, como o que ocorre na realidade escolar da Academia da Força Aérea, pois no universo acadêmico civil sua presença também é marcante. No entanto, no universo militar ela é decisiva. No trabalho de Piero de Camargo

Leirner, acerca da hierarquia nas organizações militares do Exército brasileiro, a abordagem de que a questão do mérito torna mais rápida a ascensão na carreira militar evidencia esta característica.

Como por meio de condecorações e do desempenho nos cursos que os oficiais militares realizam ao longo de sua carreira – desde o período de cadetes – sua patente pode ser maior em um tempo menor, isso representa, na estrutura hierárquica militar, ser “o mais antigo” e, assim, ter maior voz de comando. O sistema classificatório torna-se, portanto, vital ao sucesso da carreira militar:

Os círculos hierárquicos e a distinção entre ‘liderança’ e ‘comando’ são elementos que já apontam para uma estrutura organizacional que a pirâmide não esgota. Num exame mais aprofundado, percebe-se que as medalhas, diplomas, cursos, etc. são a expressão de um elemento da hierarquia tão importante quanto suas patentes: o sistema classificatório. Este começa no primeiro dia da carreira militar e formalmente termina quando ele vai para a reserva. Pela classificação se define o que foi, o que é e o que vai ser cada indivíduo dentro da Força. A partir dela se definem as trajetórias pessoais e, como isso vale para todos, constitui um parâmetro para os militares pensarem sobre si mesmos. A classificação é uma espécie de pontuação na carreira militar: somam-se a ela notas e conceitos obtidos em cursos, medalhas, elogios e condecorações, assim como dela se subtraem punições e repreensões. Tudo isso, em conjunto, forma o mérito que o militar deve possuir para poder prosseguir na escala hierárquica¹⁹.

Considerando-se a importância indiscutível do critério classificatório na carreira militar pela existência da hierarquia nas

relações dentro das organizações militares, sem dúvida o risco de um ensino mais investigativo, que coloca o discente a arriscar-se na pesquisa de várias tendências e autores sobre determinado acontecimento histórico e nem sempre obter resultados que possam traduzir lições positivas, atuações previsíveis sobre a realidade, sucesso e garantias de desempenho favoráveis, é questionado na prática educativa castrense desde os altos escalões que definem as disposições legais na organização dos conteúdos até entre os cadetes, que ficariam em uma condição indefinida, com critérios de avaliação que levariam em consideração a subjetividade, podendo interferir negativamente em sua carreira militar.

De fato, esta circunstância reforça uma consideração utilitária e funcional na própria relação dos cadetes sobre o conteúdo apresentado nas aulas dos cursos ministrados nas escolas castrenses. No caso do ensino efetivado na Academia da Força Aérea, os limites existentes na aplicação de práticas e estratégias educativas, que necessitem de maior interação por parte dos cadetes, por meio de leituras prévias de textos, com abordagens diversas dos assuntos a serem tratados nas aulas, minimizando a carga das aulas expositivas no processo de aprendizagem, são claros, pois uma prática investigativa dos alunos representa uma atitude que pode, inclusive, constituir uma postura crítica com relação ao próprio sistema educacional efetivado na instituição militar, além dos riscos de não garantir as melhores notas, o que os cadetes não ousam correr. Esperam, na verdade, estratégias de aulas o mais direcionadas possí-

veis pelo professor ou instrutor, para corresponder ao melhor desempenho possível nas avaliações. Assim, possibilita-lhe a conquista de um patamar mais elevado na classificação profissional e perpetua-se a ordem institucional vigente nas instituições militares de ensino.

O docente nas escolas castrenses parece ter uma função mais voltada à *transmissão de um conhecimento que exerça a manutenção da ordem social e política existente*. Seu papel de agente transformador fica adstrito às pequenas oportunidades criativas que possui durante seu trabalho em sala de aula, nas relações positivas existentes com os cadetes, no fato de poder apresentar interpretações diversas acerca dos temas desenvolvidos nas aulas, desde que se cumpra, para efeito de avaliação, o conteúdo previsto no programa. É a transmissão deste conteúdo o que mais se avalia e se o que está previsto no programa está ou não sendo cumprido. Não se reprime o que se pode abordar além do previsto, desde que se cumpra o conteúdo.

Por isso, o processo educativo deve estar *condicionado às disposições da organização militar que considera a ordem existente a melhor possível*. Sua contestação pode até existir no plano das discussões verbais e das divergências manifestadas nos corredores e nas salas de aula. Entretanto, o forjar do militar é realizado, desde seu ingresso na academia militar, por meio da doutrina, dos treinamentos ligados à prática técnico-especializada, das palavras de ordem, do estímulo ao valor do guerreiro e à absoluta observância do cumprimento inquestionável das ordens emanadas dos

superiores²⁰.

No caso de História Militar, os mecanismos de controle acerca das abordagens efetivadas em aula são mais acentuados que em outras disciplinas. Isso ocorre porque os militares são ciosos do papel que o conhecimento da História pode representar na formação do jovem oficial: considerando-se que seu ensino se justifica no programa previsto na busca de lições e de tornarem os feitos dos líderes militares do passado como exemplos a serem seguidos²¹. Aí reside a característica mitológica do estudo da História e, por isso, o conteúdo a ser ministrado nesta disciplina suscita intenso interesse por parte da chefia militar²².

Segundo aspecto, como o ensino da História na Academia da Força Aérea constitui uma especialidade – História Militar –, envolvendo conflitos, o estudo de manobras consagradas em teatros de operações de guerra, o incremento tecnológico bélico, a doutrina do poder aéreo, dentre outros temas, todos os oficiais militares que ocupam cargos no planejamento ou na chefia da Divisão de Ensino consideram-se conhecedores do assunto e, portanto, querem sempre interferir na programação do currículo, nos temas que devem ou não devem ser abordados e, principalmente, nas *interpretações aplicadas nas abordagens de determinados assuntos relacionados às atividades militares na política*, notadamente em História Militar Brasileira. Neste caso, o docente desta disciplina, com formação acadêmica para tal, sempre se depara com “colaboradores” afeitos a contribuir com *sugestões* ou manifestando intenso interesse quanto à sua atividade docente.

A metodologia do ensino de História Militar

A metodologia do trabalho pedagógico mais privilegiada é a aula expositiva, organizada pelo docente, com a utilização de quadros sinópticos projetados em transparências, seguindo, de uma certa maneira, as determinações da Elaboração dos Planos de Trabalho Escolar (IMA 37-91) quanto ao desempenho na plataforma de aula: apresentação do conteúdo a ser abordado, orientação, desenvolvimento, conclusão, síntese dos assuntos abordados ao final da aula²³.

Em História Militar, o recurso pedagógico mais utilizado é o documentário em vídeo, com o apoio de projeções de mapas históricos dos teatros de operações das guerras estudadas. Até o ano de 1998, eram utilizados clássicos do cinema americano que retratavam episódios das guerras estudadas. Os filmes utilizados foram *Lawrence da Arábia* (1962), retratando a revolta árabe do período da Primeira Grande Guerra; *Tobruk* (1967) e *Midway* (1976), na abordagem da Segunda Guerra Mundial; *Apocalypse Now* (1979), *Platoon* (1986) e *Good Morning Vietnã* (1988), no estudo da Guerra do Vietnã. Como o número de aulas é limitado, outros clássicos não puderam ser projetados²⁴.

Atualmente, estes clássicos foram substituídos por filmes documentários da *Abril Coleções*, "**Um Século de Guerras**", organizados pela *Time Life Video*. O recurso audiovisual desperta interesse na maior parte dos cadetes. Contudo, apesar de os documentários apresentarem cenas de

combates da época estudada, desde a Primeira Grande Guerra, sem dúvida, a projeção torna-se monótona. A dificuldade maior enfrentada no decorrer das aulas é o fato de que os mesmos prescindem de um conhecimento de História mais amplo para acompanharem todas as implicações políticas que envolvem os conflitos do século XX. E este conhecimento não existe, o que muitas vezes os leva a uma certa apatia com relação ao conteúdo, apesar de participarem (parte dos cadetes) durante as explanações dadas dos assuntos, com perguntas, na tentativa de acompanharem o conteúdo ministrado.

No entendimento da maioria dos cadetes, as aulas expositivas são a estratégia considerada como a melhor maneira de se absorver o conteúdo de História. Na verdade, na tendência da educação tradicional, o saber transmitido como acabado, único e linear proporciona maior conforto aos discentes, que assumem uma postura passiva diante do aprendizado. Da mesma forma que alguns cadetes percebem a necessidade da obtenção de um conhecimento linear que proporcione lições e que corrobore a concepção de um mundo mais previsível, evitando-se posturas questionadoras, outros cadetes protestam a falta de um ambiente educacional com maiores oportunidades para o debate dos assuntos em aula²⁵. Na verdade, os debates não ocorrem justamente pelo restrito tempo para a transmissão de um conteúdo amplo, além do fato de, na Academia da Força Aérea, ser imprescindível alcançar os objetivos operacionalizados relacionados ao conteúdo programático previsto:

[...] ao elaborarmos um currículo, devemos ter claro, não só os objetivos mais amplos da disciplina História. Esta percepção é condição necessária para uma articulação entre esses objetivos mais amplos e os específicos, tarefa freqüentemente ignorada.

Percebemos que muitos de nós associamos, de uma forma simplista, um bom ensino de História ao cumprimento rigoroso dos objetivos específicos em si, esquecendo esta articulação que é o que dará um sentido maior à ação pedagógica²⁶.

Os objetivos específicos de História Militar perseguem o utilitarismo na formação do oficial da Força no aspecto bélico. Entretanto, a persecução do cumprimento dos conteúdos compromete os resultados finais. Na verdade, o utilitarismo de se considerar questionamentos enquanto atitudes com mínimos resultados práticos na resolução dos problemas existentes na realidade podem ser uma explicação para o pouco incentivo na criação de situações instigadoras entre os cadetes na Academia da Força Aérea, seguindo os princípios do pragmatismo aplicados na educação²⁷.

Percebe-se, neste contexto, uma carência de oportunidades de estudos mais aprofundados e de uma visão mais abrangente dos acontecimentos abordados entre os cadetes. O conhecimento histórico deve, por isso, ser abordado sob vários aspectos da realidade, para elucidá-lo e compreendê-lo, havendo um espaço maior para os cadetes se dedicarem a leituras diversificadas e à construção de um saber histórico próprio, orientado pelo docente. Assim, a abordagem fragmentada seria minimizada e contribuiria na constituição de um conhecimento histórico mais global,

já que os mesmos absorveriam uma metodologia de estudo na qual lhes proporcionasse condições de buscar autonomamente este saber²⁸.

Estudo de História Militar na Academia da Força Aérea: contribui na formação profissional do oficial militar?

Existe uma necessidade de aprofundamento teórico-metodológico no estudo da História no meio discente da Academia da Força Aérea. Como afirmei anteriormente, o trabalho pedagógico exercido nas aulas possibilita utilizar métodos e práticas educativas sem uma persecução ideológica sufocante por parte das chefias com relação ao trabalho do docente. O que ocorre é que a estrutura na qual todo o ensino da Academia da Força Aérea está assentada *impossibilita* a utilização de estratégias de ensino as quais os cadetes pudessem dedicar maior tempo para realizá-las.

Este aspecto exige que os mesmos se preparem previamente para as aulas, uma atividade muito utilizada nas faculdades, principalmente na Faculdade de História da USP, na qual me formei. A sistemática do trabalho a ser realizado exigiria uma preparação por meio da leitura do texto, indicado pelo professor, no programa apresentado no início de cada disciplina, para que o discente obtivesse um conhecimento prévio do tema da aula, pudesse acompanhar as análises orientadas pelo professor e, dessa maneira, também pudesse contribuir trazendo outras

interpretações, discutindo entre os colegas determinados enfoques, **na construção de um pensamento histórico próprio.**

Não devemos esquecer de que o ensino de História Militar na Academia da Força Aérea não tem como objetivo formar historiadores, como é o caso de uma faculdade de História. Não obstante, o curso de formação de oficiais (pelo menos no Plano Setorial de Ensino, os aviadores e intendentos) é considerado de nível superior²⁹. A profundidade do ensino em todas as disciplinas, que o Programa de Unidades Didáticas prevê, deve levar em consideração esta circunstância.

De fato, a abordagem positivista da História acaba traduzindo a metodologia de ensino a ser aplicada³⁰, o que corrobora toda a organização curricular e a concepção de ensino existente nas disposições para a elaboração dos programas curriculares do Departamento de Ensino da Aeronáutica (DEPENS). Na visão funcional do ensino, segundo a linha pragmática, os debates que não representarem um sentido prático a quem aprende devem ser preteridos. A educação, nesta vertente, deve buscar *sempre* um conhecimento aplicado à prática da existência humana. No caso da formação militar, o estudo dos T. Os. (Teatros de Operações de guerra) nos conflitos baseados na História deve levar a conclusões irrefutáveis, para evitar angústias e inseguranças nas investigações que não resultem em uma interpretação *única* dos fatos. Por isso, é melhor adotar estratégias educativas que proporcionem resultados inquestionáveis, segundo a lógica pragmática da formação educativa:

Não há, entretanto, nada de definitivo e final na organização lógica da experiência. Seu valor não está nela mesma: mas no método que vem facilitar. É um intermediário entre as experiências casuais, fortuitas, incertas do passado e as experiências mais controladas e ordenadas que podemos ter no futuro. Da experiência passada essa organização lógica retira tudo que é significativo e útil para o governo da experiência futura. As abstrações, generalizações e classificações têm, todas elas, essa significação e valor de direção futura³¹.

A História deve ser abordada para uma melhor compreensão da humanidade e das relações sociais construídas pelo homem, não somente aquele consagrado nos documentos oficiais, mas o ser humano comum, assim como eu, com liberdade de elaborar diversas interpretações³².

Esta liberdade só se constitui no aspecto educativo quando ocorrem circunstâncias nas quais o discente tem possibilidades de acesso ao conhecimento da História de maneira ampla e de oportunidades educativas que amadureça nele reflexões a respeito da realidade histórica com a qual se depara, considerando-se um agente histórico também. Por isso, considero que, na prática da leitura e da produção escrita, sob a orientação do docente, o discente constrói o seu saber histórico e constitui um amadurecimento teórico autônomo³³.

A possibilidade de reflexão sobre qualquer enfoque do passado, mesmo no estudo específico da História Militar, torna-se mais eficiente por meio da leitura de várias fontes que levem à compreensão da metodologia do trabalho do historiador, para se evitar a absorção de determinado conhecimento histórico como único, verda-

deiro, *conclusiva*. A transmissão do conhecimento da História deve levar, segundo nos parece, o aluno a conceber o estudo enquanto construção de um conhecimento crítico dos conflitos do passado, de abordagens sobre estratégia, evitando a criação de mitos que mascaram conclusões mais apropriadas das realizações dos antigos comandantes militares³⁴.

A realidade que se impõe é a de que o estudo da História, fundamentado majoritariamente nas aulas expositivas, com um material de apoio didático elaborado para reforçar aspectos do fático e para facilitar a obtenção de notas aos cadetes nas avaliações, proporciona-lhes um saber acabado e linear que desconsidera os feitos do passado enquanto realizações humanas fomentadas por paixões, ambições, indecisões e fraquezas³⁵.

A busca de se constituir o "soldado vibrador" na personalidade do futuro oficial da Aeronáutica brasileira não favorece a compreensão da realidade, que um dia este líder militar possa enfrentar em uma situação de conflito. Isso ocorre porque a transmissão do conhecimento está calcada somente no estudo das realizações dos homens considerados ilustres e consagrados pela versão oficial das relações políticas consideradas mais relevantes:

O risco é que as narrativas mitológicas se tornem a versão oficial dos fatos, despreparando, na prática, para a realidade caótica, aterrorizante e letal da guerra, abalando a auto-estima dos combatentes ao torná-los ressentidos com sua própria humanidade. [...] A literatura britânica do século XIX inculcou a idéia de que todos os combatentes eram bravos, nobres, desprendidos, audazes

e seus atos eram invariavelmente frutos de decisão deliberada e racional, ampliando o choque da realidade da guerra para toda uma geração, despreparada, por essas narrativas, para o medo, a perfídia, o egoísmo e até mesmo a covardia e falta de propósito com que tiveram de conviver nas trincheiras da I Guerra Mundial³⁶.

A realidade educativa castrense privilegia a História dos acontecimentos e a História solidificada, de concepção positivista, como a que mais proporcionaria lições a serem extraídas com seu estudo. A formação do espírito guerreiro deve apreender este conhecimento em bloco, sem questionamento, no espírito da pronta resposta à ordem emanada do superior. A definição dada ao positivismo no ensino da História, segundo Itacy Salgado Basso, que ilustra claramente esta afirmação:

A abordagem positivista da História implica uma metodologia de ensino fundamentada, basicamente, na aula expositiva, onde os alunos são ouvintes passivos e contemplativos. O sujeito da aprendizagem é um receptáculo que deve registrar os conteúdos transmitidos pelo professor e reproduzi-los posteriormente do modo mais fiel possível. Os conteúdos – geralmente os "grandes acontecimentos históricos e políticos" (Marx, Engels, 1965, p. 33) – são apresentados como fatos prontos e acabados, não passíveis de reflexão e interpretação por parte dos alunos³⁷.

Assim, no intuito de se considerar a História como legado, tratando seu ensino com a finalidade pragmática e utilitária na formação profissional dos futuros oficiais da Aeronáutica brasileira, constitui o ensino tradicional castrense, tecnicista e de orientação filosófica positivista, que compromete, por isso mesmo, um aprendizado profundo

e fundamentado da História, e limita a efetivação de uma prática docente diferenciada.

A prática da leitura de textos variados na abordagem dos assuntos em História também possibilitaria uma postura reflexiva que levaria os cadetes à construção de um conhecimento não adstrito à interpretação dada por terceiros no cotidiano escolar. Provavelmente, os cadetes compreenderiam melhor o ofício do historiador e a maneira pela qual se constrói a História (teoricamente falando), porque absorveriam uma postura investigativa a ser aplicada em todas as áreas do conhecimento, mas principalmente com relação à História, na constituição de um cotidiano de leitura e no contato com vários autores ou fontes (revistas, jornais, documentários, filmes, etc.)³⁸.

Percebe-se que nem o espaço criativo e nem o saber histórico são proporcionados na prática pedagógica castrense existente na Academia da Força Aérea, mesmo que, como é o caso, o docente não compartilhe da concepção de ensino de História sob a tendência tradicional prevista. O ambiente educativo condiciona o conhecimento à sua transmissão nas aulas, com pouquíssimas oportunidades de se tentar práticas de estudo diferenciadas e, quando isso ocorre, os mesmos cadetes que parecem protestar a inexistência de oportunidades para pesquisa, protestam quando se pede para realizarem uma monografia ou um trabalho fora do espaço da sala de aula, por não possuírem tempo nem material (por causa do deficiente acervo da biblioteca da Academia da Força Aérea) e, sem dúvida, por já manterem uma rotina de estudo que não prevê uma dedicação à

leitura e à investigação³⁹.

Diante do contexto até aqui apresentado a respeito do ensino de História Militar existente na Academia da Força Aérea (AFA), que oferece um ensino superficial e pouco fundamentado aos futuros oficiais brasileiros, parece corroborar a afirmação do historiador brasilianista Frank McCann, de que a deficiência da formação da liderança militar brasileira consiste justamente em seu objetivo utilitário imediatista, pois "West Point visa formar os futuros generais, Agulhas Negras pretende formar tenentes" e "Os líderes do Exército acreditam que os cadetes são jovens demais para pesquisar e chegar a conclusões independentes"⁴⁰. Apesar de o historiador mencionar a formação dos oficiais do Exército na Academia Militar das Agulhas Negras, podemos observar a mesma circunstância na Academia da Força Aérea Brasileira.

Considerações Finais

O trabalho pedagógico exercido na Academia da Força Aérea, apesar de condicionado à tendência tradicional tecnicista, é, na maior parte do tempo, prazeroso e dignificante. O conteúdo de História Militar é muito valorizado, e os cadetes mantêm um nível de motivação e interesse que possibilita a realização de um trabalho que sofre pouca resistência por parte deles, um aspecto bem diferente do que costuma ocorrer no nível médio e até no nível superior nos meios educacionais civis.

Segundo a análise realizada acerca das orientações determinadas pelo Departamento de Ensino em Brasília para o proces-

so de ensino-aprendizagem, a tendência mais evidente nos programas curriculares e no ambiente de trabalho educacional proporcionado pela AFA é a tradicional tecnicista, fincada no ensino fundamentado em aulas expositivas e no material de apoio escrito com a principal função de possibilitar um melhor desempenho aos cadetes nas avaliações, bem próprio de uma concepção positivista e utilitária da educação. O processo avaliativo é muito importante no ensino ministrado na AFA, pois o desempenho em notas conseguido pelos cadetes reflete-se diretamente em sua carreira, e o mesmo ocorre em sua classificação até o momento de sua reserva.

O ensino de História Militar é valorizado nos padrões de desempenho e nos Programas de Curso, destacando sua importância estratégica na formação do futuro oficial militar: é substituído da experiência direta em combate e pode dar um fundamento teórico que proporcionaria lições para o exercício de sua profissão em uma situação de conflito. O ensino desta disciplina é considerada, portanto, de maneira pragmática, como um instrumento utilitário em sua prática profissional.

Entretanto, devido ao tempo escasso para o estudo de História Militar, o ambiente voltado a aulas expositivas, o tempo controlado dos cadetes, que os impossibilita de praticarem leituras e de se prepararem para discutir os assuntos ministrados, o próprio espaço das salas de aula, dispostas em degraus e com distribuição linear das carteiras, inviabilizando a constituição de grupos de debates, todo o ambiente e cotidiano escolar voltado mais às atividades militares

e menos ao aprendizado geral, corroboram as relações autoritárias da hierarquia militar e de comportamento reflexo, que não favorecem o estudo e a construção de um saber mais crítico.

A falta de oportunidades de leitura de autores diversos acerca dos temas abordados no conteúdo e produção escrita, o fato de estarem confinados durante a semana e longe dos grandes centros, pois Pirassununga localiza-se no interior de São Paulo a uma distância, em média, de 100 Km das cidades que oferecem serviços diversos na área cultural; de a Academia da Força Aérea localizar-se no Campo Fontenelle, a 13 Km de distância dessa cidade, tudo isso não contribui na possibilidade de os cadetes obterem acesso a uma produção na área de História Geral e Militar mais atualizada e diversificada, ocorrendo pouquíssimas oportunidades de se aplicarem diferentes estratégias além das aulas expositivas. Todos estes fatores concorrem para o empobrecimento da compreensão dos fatos relacionados ao estudo da História, realidade observada até mesmo pelos cadetes.

A inserção do ensino de História Militar na Academia da Força Aérea assume um papel claro no programa curricular desta instituição de ensino: fundamento para uma possível atuação em conflitos na formação dos futuros oficiais da Aeronáutica. Apesar desse papel estratégico utilitário estar previsto nos programas curriculares e nos objetivos operacionalizados das disciplinas ligadas à História, esta concepção de ensino compromete a formação dos cadetes, pois os contamina na apresentação

de uma postura funcional com o intuito de conquistar notas e relegar o aprendizado a um papel secundário.

O espaço educativo proporcionado na Academia da Força Aérea leva a um estudo fático superficial da História, reforça a postura de se buscar um conhecimento acabado, com pouca participação do homem comum na construção dos acontecimentos estudados na abordagem da História oficial. Esta postura contraria o que se pretende transmitir no conhecimento da História: um embasamento teórico mínimo ao discente e a constituição de uma metodologia de estudo necessária para sua própria reflexão histórica, transformando-o em um cidadão consciente de seu papel como agente social e capaz de compreender seu momento histórico.

E ainda, como oficial militar brasileiro, que possua uma formação intelectual compatível com a responsabilidade que a profissão exige, na contribuição positiva para a construção da História de sua Força e de seu país. Nisto reside a grande preocupação em ministrar um ensino de História Militar consciente da importância na formação de um corpo de oficiais militares brasileiros com a devida proibição em sua missão como líder profissional fardado.

Sem dúvida, a compreensão da existência de uma realidade de trabalho na instituição educativa castrense brasileira, que condiciona as práticas pedagógicas na tendência positivista, representa um passo importante na ruptura da alienação imposta à consecução de nosso trabalho pedagógico. No entanto, apenas a cons-

ciência desta realidade não representará, automaticamente, sua superação.

Parece-nos que, no exercício militante da prática educativa, na coragem de superar nossas próprias acomodações em evitar enfrentamentos quanto à realidade de trabalho, que impõe recuos às nossas conquistas, muitas vezes efetivadas com muito custo, e evitando as fossilizações advindas da série de “nãos” recebidos no percurso do exercício docente, podem representar a consolidação das fissuras implementadas pelas próprias contradições existentes nas condições impostas.

Na Academia da Força Aérea, com o estabelecimento de um planejamento escolar fechado e de práticas pedagógicas dentro de condições objetivas definidas, além de ser necessário ter coragem de enfrentamento para modificar o ambiente educativo em que atuamos e nossa postura profissional com relação ao mesmo, outros fatores, tais como a superação do temor, por parte dos militares, de circunstâncias políticas revisionistas no estudo de nossa História, uma melhor compreensão de sua identidade militar e a consolidação de seu papel como cidadão fardado no devir histórico brasileiro, devem ser consideradas.

Aí reside o papel mais relevante, segundo nos parece, da conquista a ser realizada em uma ação transformadora do meio educativo castrense e na proposição de um olhar investigativo e autônomo ao estudo da História.

Notas:

¹ O termo “castrense” é definido como aquele próprio do estado e da profissão militar. É tudo concernente ao Exército. DE TORRES, Guillermo C. *Diccionario Militar*, Tomo I, p. 749.

² The word “castrense” means “related to the state and the military profession. It all concerns the Army”. DE TORRES, Guillermo C. *Diccionario Militar*. Tomo I, p. 749.

³ BRASIL. *Elaboração de Planos de Trabalho Escolar (IMA 37-91)*, p. 1-1.

⁴ BRASIL. *Elaboração de Planos de Trabalho Escolar (IMA 37-91)*, p. 2-1.

⁵ Toma-se necessária uma consideração com relação a este aspecto: como é próprio de uma instituição militar, na qual as ordens emanadas da chefia militar são inquestionáveis, e como a cada dois ou três anos muda-se a chefia e o comando da Academia da Força Aérea, pode ocorrer a circunstância de se mandar cumprir as determinações do Departamento de Ensino da Aeronáutica e, assim, os docentes civis seriam obrigados a elaborar os Planos de Trabalho Escolar. Isto também é possível, pois, nas inspeções anuais deste Departamento à AFA, seus inspetores podem solicitar a apresentação destes Planos.

⁶ LIBÂNEO, C. *Democratização da Escola Pública*, p. 21-24.

⁷ LIBÂNEO, C. *Democratização da Escola Pública*, p. 29.

⁸ No anexo I-3, encontra-se na referência bibliográfica o trabalho de Bloom para a fundamentação teórica na elaboração dos objetivos educacionais. Brasil. *“Objetivos Educacionais”*. Curso de Prática de Ensino, p. 59.

⁹ LIBÂNEO, C. *Democratização da Escola Pública*, p. 28.

¹⁰ AURICCHIO, Lígia O. Manual de tecnologia educacional, p. 25. In: LIBÂNEO, C. *Democratização da Escola Pública*, p. 29.

¹¹ RAMOS, César A. *Tecnocracia e Escola*, p. 118-119.

¹² No trabalho do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Murillo Santos são evidenciados como componentes básicos do Poder Aéreo: *1) desenvolvimento tecnológico de veículos aéreos e espaciais, bem como de toda a infra-estrutura decorrente; 2) recursos humanos*; que os dirijam, operem e sobre eles pensem e raciocinem;

e *3) idéias, conceitos e doutrinas*, que descrevam o que o poder aéreo pode e deve fazer”. SANTOS, Murillo. *Evolução do Poder Aéreo*, p. 16 (grifos do autor).

¹³ LIBÂNEO, C. *Democratização da Escola Pública*, p. 30. Os termos encontrados na documentação existente para orientação na confecção dos Planos de Unidades Didáticas são semelhantes às apresentadas no trabalho deste autor. Brasil. *Elaboração de Planos de Trabalho Escolar (IMA 37-91)*, p. 14-1 a 14-9.

¹⁴ RAMOS, César A. *Tecnocracia e Escola*, p. 119.

¹⁵ *Plano de Unidades Didáticas (IMA 37-4)*, páginas diversas.

¹⁶ BRASIL. *Apostila de História Militar 1 e de História Militar 2*.

¹⁷ *Plano de Unidades Didáticas (IMA 37-4)*.

¹⁸ Olga Molina expõe na Revista da Faculdade de Educação da USP, em 1985, a necessidade de se ensinar o aluno a estudar para que o mesmo possa aprender. Para que o estudo se realize, torna-se necessário que haja interesse por parte do estudante, para que o mesmo se efetive: “O ato de estudar, nesta proposta, implica necessariamente a intenção do aprendiz em aprender algo a partir de um texto. [...] Importam aquelas atividades que representam um desafio interessante e compatível com o nível de desenvolvimento das capacidades e habilidades do aprendiz.” No entanto, na realidade do ensino da AFA, o interesse está ligado à “importância de uma intenção do aluno para uma aprendizagem mais eficiente”, pela necessidade de um melhor desempenho em notas na prova. Molina, Olga. *A Escola e o Ato de Estudar*, p. 96-97.

¹⁹ LEIRNER, Piero. *Meia Volta Volver*, p. 83-84 (realces do autor).

²⁰ CASTRO, Celso. *O Espírito Militar*, p. 15-51.

²¹ BRASIL. *Plano de Unidades Didáticas (IMA 37-4)*.

²² PROENÇA JR, Domicio [et al.]. *Guia de Estudos de Estratégia*, p. 32-33.

²³ BRASIL. *Elaboração de Planos de Trabalho Escolar (IMA 37-91)*, p. A 4-3.

²⁴ BRASIL. *Plano de Unidades Didáticas (IMA 37-4)*. Até o ano de 1998, História Militar compreendia 70 aulas. A partir de 1999, foram criadas duas disciplinas: História Militar, com 45 aulas, e História Militar

Brasileira, com 25 aulas. Em 2002, outra mudança entra em vigor: as disciplinas são História Militar 1 e História Militar 2, com 30 aulas cada uma.

²⁵ A postura passiva dos cadetes pode ser explicada pelo fato de o conhecimento ser transmitido majoritariamente pelo professor, não estimulando os mesmos na construção de um conhecimento próprio, que poderia ser constituído por meio de uma prática maior em pesquisa científica, mesmo em nível puramente teórico. Neste aspecto, Paulo Nosella afirma categoricamente a importância, para o discente, da pesquisa em sua formação acadêmica. NOSELLA, Paulo. *A Pesquisa e a Formação do Espírito Acadêmico*. Saberes, p. 56-61.

²⁶ ALCÂNTARA, Alzira; DAVIES, Nicolas. Currículo de História: apenas uma questão historiográfica ou pedagógica mais ampla? II Encontro Perspectivas do Ensino de História. *Anais...*, p. 169-170.

²⁷ JAMES, William. *Pragmatismo e outros textos*, p. 17-18.

²⁸ LE GOFF, Jacques. *A História Nova*, p. 19.

²⁹ BRASIL. *Plano Setorial de Ensino (DMA 37-9)*.

³⁰ BASSO, Itacy S. As concepções de História como mediadoras da prática pedagógica do professor de História. In: DAVIES, Nicolas (org.). *Para além dos conteúdos no Ensino de História*, p. 48.

³¹ DEWEY, John. *Vida e Educação*, p. 146-147.

³² PAULO A. Miceli afirma que "Desse modo, quando se quer, por exemplo, pensar a história, é preciso considerar o sentido próprio do conhecimento, o que leva não somente à eleição de novos fatos ou acontecimentos, mas a uma nova relação com esses e quaisquer outros fatos ou acontecimentos. [...] Fazer história, como se propõe aqui, pode começar pelo que seria a inversão de um quebra-cabeças: o acontecimento pronto e acabado, [...] deve ser decomposto para denunciar aos espectadores o arbítrio de sua construção, como se alguém mostrasse à plateia que fios invisíveis sustentam os truques do ilusionismo do mágico – tão sobrenatural quanto qualquer um de nós". MICELI, Paulo A. In: PINSKY, Jaime (org.). *O Ensino de História e a criação do fato*, p. 34 (realces do autor).

³³ MOLINA, Olga. *A escola e o ato de estudar*, p. 96-97.

³⁴ Para o estudo da História é importante compreendê-la sempre em construção. Citando Marcos A.

da Silva, "Dizer que todo período histórico é história em construção significa criticar a pretensão de esgotar o sentido das experiências sociais, uma vez que elas se configuram a partir de tentativas, disputas entre diversos projetos, que, provisoriamente, tiveram determinados desfechos, anunciados para os pósteros como fatos sintetizadores de sua realidade e cristalizados por muitos historiadores/professores/alunos nessa última condição. Entender cada período histórico como história em construção é forma de ultrapassar esses vínculos entre anúncio e cristalização de fatos-síntese" SILVA, Marcos A. da. *História – o prazer em ensino e pesquisa*, p. 37-8.

³⁵ CARR, E. H. *Que é a História?*, p. 88-90.

³⁶ PROENÇA JR, Domicio [et al]. *Gua de estudos de estratégia*, p. 32.

³⁷ BASSO, Itacy S. As concepções de História como mediadoras da prática pedagógica do professor de História. In: DAVIES, Nicolas (org.). *Para além dos conteúdos no Ensino de História*, p.48-49 (realces da autora).

³⁸ O professor Marcos A. da Silva identifica com clareza a necessidade de se ensinar História atrelada à pesquisa, que não se resume na transcrição de dados contidos em enciclopédias, mas na busca de se proporcionar ao aluno este aprender cotidiano que possa ser estendido a outros espaços que não somente a espaços escolares. Silva, Marcos A. da. *História – o prazer em ensino e pesquisa*, p. 17-21.

³⁹ Os cadetes das três especialidades, quando estão cursando o 4º ano, na disciplina de Língua Portuguesa devem elaborar uma monografia de final de curso, com um tema livre. Além do trabalho escrito, orientado pelos docentes da cadeira de Língua Portuguesa, segundo normas técnicas da escrita erudita, os cadetes devem discorrer acerca do tema de sua monografia, com um tempo de 15 minutos, para cada cadete realizar sua apresentação. O que se observa nestes trabalhos, que muitas vezes tratam de temas da História Militar e que nos pedem citações e orientações, é a verificação, no processo avaliativo do aspecto formal e das técnicas de plataforma de aula, segundo a Instrução do Ministério da Aeronáutica - IMA 37-91, que os cadetes tomam conhecimento na disciplina de Didática no 3º ano, como já foi mencionado. Contudo, os trabalhos

escritos não seguem as normas metodológicas de uma pesquisa científica, não recebem um referencial bibliográfico que pudesse orientá-los e, por isso, apesar de haver uma prática em pesquisa, a mesma não oferece um contexto investigativo segundo os

padrões de rigor que uma pesquisa na graduação superior exige.

⁴⁰ BONALUME NETO, Ricardo. Formação de oficiais no país é deficiente, diz historiador. *Folha de São Paulo*, 16 de agosto de 1999, Entrevista da 2ª.

Referências bibliográficas

ALCÂNTARA, Alzira; DAVIES, Nicolas. Currículo de História: apenas uma questão historiográfica ou pedagógica mais ampla? In: II Encontro Perspectivas do Ensino de História. *Anais*. São Paulo, 1997. p. 167-175.

BASSO, Itacy Salgado. As concepções de História como mediadoras da prática pedagógica do professor de História. In: DAVIES, Nicolas (org.). *Para além dos conteúdos no Ensino de História*. Niterói-RJ: EdUFF, 2000. p. 45-59.

BLOOM, Benjamin S. et al. Taxonomia de objetivos educacionais. Tradução de Flávia Maria Sant'Anna. 5. ed. Porto Alegre: Globo, 1976.

BONALUME NETO, Ricardo. Formação de oficiais no país é deficiente, diz historiador. *Folha de São Paulo*, 16 de agosto de 1999.

BRASIL. *Plano de unidades didáticas da Academia da Força Aérea (MMA 37-4)* - História Militar. Brasília-DF: DEPENS, 1997.

_____. *Plano setorial de ensino (DMA 37-9)* Programa de cursos e estágios de formação e de carreira para o corpo de oficiais da Força Aérea Brasileira. Brasília-DF: DEPENS, V. II, 1997.

_____. *Plano de trabalho escolar: aula expositiva*. Rio de Janeiro: CIEAR, 1992. p. 5-8.

_____. *Objetivos educacionais*. Curso de prática de ensino - CPE. Rio de Janeiro: CIEAR, 1998, p.14-1 a 14-9.

_____. *Elaboração de planos de trabalho escolar - IMA 37-91*. Rio de Janeiro: CIEAR, 5 set. 1988.

_____. *Apostila de História Militar - HMI-1*. Pirassununga-SP: AFA, 2000.

CARR, E. H. *Que é a História?* Tradução de Ana Maria P. D. da Rocha. Lisboa: Gradiva, 1986 (Coleção Construir o passado, vol. 1).

CASTRO, Celso. *O espírito militar*. Um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

DE TORRES, Guillermo Cabanellas. *Diccionario militar: aeronáutico, naval y terrestre*, Tomo I. Buenos Aires: Bibliográfica Omeba, 1961.

DEWEY, John. *Vida e educação*. Tradução de Anísio S. Teixeira. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p. 107-191. (Os Pensadores).

JAMES, William. *Pragmatismo e outros textos* Tradução de Jorge Caetano da Silva e Pablo Rubén Mariconda. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores).

LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. Tradução de Eduardo Brandão. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LEIRNER, Piero de C. *Meia volta volver* – um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

LIBÂNEO, C. *Democratização da escola pública* – a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1986.

MICELI, Paulo C. Por outras histórias do Brasil. In: PINSKY, Jaime (org.). *O ensino de História e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 1988, p. 31-42.

MOLINA, Olga. A escola e o ato de estudar. *Revista da Faculdade de Educação*. São Paulo, 11 (1/2):93-100, jan/dez. 1985.

NOSELLA, Paolo. A pesquisa e a formação do espírito acadêmico. *Saberes*. Jaraguá do Sul-SC: 56-61, jan/abr. 1999.

PROENÇA JR, Domício; DINIZ, Eugênio; RAZA, Salvador G. *Guia de Estudos de Estratégia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

RAMOS, César Augusto. Escola e tecnocracia. *Revista Educação e Sociedade*, São Paulo, II (5): 108-122, jan. 1980.

SILVA, Marcos Antonio da. *História* – o prazer em ensino e pesquisa. São Paulo: Brasiliense, 1995.